

O grande incêndio de 1951: relato de uma catástrofe na Serra de Santa Catarina

The great fire of 1951: report of a catastrophe in the Serra de Santa Catarina

Claudio Ricken¹
Jaisson Teixeira Lino²
Samira Peruchi Moretto³
Gessica Pinto Rodrigues⁴
Rodrigo Lavina⁵
Idemar Ghizzo⁶
Valdirene Böger Dorigon⁷

Palavras-chave:
Desastres socioambientais
Incêndio
História Ambiental

Resumo: O início da década de 1950 foi marcado por uma grave seca, que assolou muitos estados do Brasil. No estado de Santa Catarina, vários municípios sofreram direta e indiretamente com a falta de chuva, que propiciou eventos como baixa nas produções agrícolas, diminuição do nível dos rios e incêndios. Um desses eventos foi o incêndio que começou no início de agosto e perdurou até o início de setembro do mesmo ano, atingindo os atuais municípios de São Joaquim, Timbé do Sul, Nova Veneza, Orleans e Grão Pará. O incêndio ocasionado pela queimada de pastos no município de São Joaquim teve sua gravidade aumentada pela seca e baixas temperaturas durante o mês anterior e pela ocorrência de vento sul durante o episódio, tendo consequências econômicas e ambientais para a região nos anos seguintes. A partir de dados bibliográficos e fontes provenientes de iconografia, jornais e relatórios aos governos estadual e federal foi realizada a reconstituição de eventos relacionados ao incêndio que assolou a encosta da Serra catarinense no ano de 1951. Neste sentido, analisamos a ocorrência do incêndio e seus impactos ambientais no município de Orleans através do viés da História Ambiental, de modo a identificar as relações da população e das autoridades políticas com o meio ambiente, diante do evento, assim como, também destacar as mudanças mais significativas após sua ocorrência.

Keywords:
Socio-environmental
disasters
Fire
Environmental History

Abstract: The beginning of the 1950s was marked by a severe drought, which devastated many Brazilian states. In the state of Santa Catarina, several municipalities suffered directly and indirectly from the absence of rain, which led to events such as low agricultural production, lower river levels and fires. One of these events was the fire that started in early August and lasted until the beginning of September of the same year, reaching the current municipalities of São Joaquim, Timbé do Sul, Nova Veneza, Orleans and Grão Pará. The fire caused by the burning of pastures in the municipality of São Joaquim had its severity increased by the drought and low temperatures during the previous month and by the

1 Secretaria da Educação do Município de Criciúma. Doutor em Biologia (UFRGS). E-mail: claudioricken@hotmail.com.

2 Universidade Federal da Fronteira Sul. Pós-Doutor em Arqueologia (UvA). E-mail: lino@uffs.edu.br.

3 Universidade Federal da Fronteira Sul. Doutora em História (UFSC). E-mail: samira.moretto@uffs.edu.br.

4 Universidade Federal da Fronteira Sul. Mestre em História (UFFS). E-mail: gessyfamilia@gmail.com.

5 Gaturamo Serviços Arqueológicos. Mestre em História (UNISINOS). E-mail: arqlavina.rodrigo@gmail.com.

6 Centro Universitário Barriga Verde. Doutor em Museologia (ULUSOFONA). E-mail: idemarg@gmail.com.

7 Fundação Educacional Barriga Verde. Especialista em Gestão Cultural (SENAC). E-mail: valdirenebd@hotmail.com.

occurrence of south wind during the episode, having economic and environmental consequences for the region in the following years. Based on bibliographic data and sources from iconography, newspapers and reports to state and federal governments, a reconstitution of events related to the fire that devastated the slopes of Serra of Santa Catarina in 1951 was carried out. In this sense, we analyzed the occurrence of the fire and its environment impacts on the municipality of Orleans through the Environmental History bias, in order to identify the relations of the population and political authorities with the environment, in the face of the event, as well as highlighting the most significant changes after its occurrence.

Recebido em 28 de fevereiro de 2023. Aprovado em 1º de novembro de 2023.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar através do viés da História Ambiental, o incêndio que ocorreu no município de Orleans e arredores em 1951, dando ênfase aos aspectos socioambientais. A gravidade e extensão do ocorrido o enquadra como um desastre de médias proporções, pela área afetada. Segundo Nodari, Lopes e Espindola (2015, p. 7) o termo “desastre, quase sempre está associado à desgraça e desventura que gera situações de emergência que requer políticas públicas preventivas, além daquelas costumeiramente aplicadas na ocorrência do evento”. Sendo assim, os autores afirmam que desastres são tratados, muitas vezes, como fenômenos independentes, em que as causas ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas não se encontravam articuladas na compreensão dos eventos danosos. No entanto, os eventos muitas vezes revelam que foram causados ou catalisados por agência humana e desta forma, por terem ação antrópica, podem ser considerados desastres socioambientais.

Para compreender como a ação antrópica foi fundamental no incêndio ocorrido e analisado no presente artigo, é necessário entender o processo de ocupação local. A região que se encontra na encosta da Serra do Rio do Rastro era ocupada por grupos indígenas, em grande maioria da etnia Xokleng. Porém, a ascensão da ocupação se deu com o processo de colonização do território, com a vinda de imigrantes e migrantes de origem europeia a partir de uma concessão de terras ao Visconde de Taunay, sendo que em 1882, na sede do atual município de

Grão Pará, foi instalada a Empresa de Terras e Colonização de Grão Pará. Em 1885, a Empresa de Terras e Colonização foi transferida para a atual cidade de Orleans. Pela lei provincial n.º 218, de 2 de outubro de 1888, foi criado o distrito de Orleães do Sul, subordinado ao município de Tubarão. Quatro anos depois, pela lei estadual nº 981, de 30 de agosto de 1913, passou a chamar-se Orleans. A partir de 1970, faziam parte do território de Orleans os municípios de: Lauro Müller, elevado à categoria de município pela lei estadual nº 273, de 06-12-1956, e Grão Pará, elevado à categoria de município, pela lei nº 348, de 21-06-1958. Atualmente, a região é ocupada pelos municípios de Orleans, Grão Pará e Lauro Müller (Cabral, 1994; IBGE, s.d.; Piazza, 1994).

Com a chegada dos colonizadores foram intensificadas as atividades de extrativismo da madeira e na agricultura e pecuária de subsistência (Campos, 1989; Dall’alba, 1986; Hobold, 1994). Tais atividades tiveram grande impacto sobre a flora e a fauna, desde o início das primeiras ocupações, assim como a grande maioria das áreas ocupadas por floresta, no Bioma da Mata Atlântica.

Uma das primeiras descrições da relação entre os colonizadores e o meio natural foi feita pelo Pe. Luigi Marzano em seu diário a respeito de seus trabalhos de sacerdócio junto aos colonizadores. Marzano (1985, p. 47) descreveu que embora mostre-se “extasiado com a quantidade de orquídeas e lianas”, a floresta era avaliada como elemento negativo para a sobrevivência dos colonizadores. Segundo ele,

[...] há vinte e cinco anos a mata, ou melhor, a floresta, antes ninho de selvagens e de animais ferozes, foi cedida à vigorosas forças dos italianos, os quais a transformaram com suas fadigas, com seus suores e sacrifícios, em ubertosa terra de agricultura (Marzano, 1985, p. 52).

As características da flora e fauna local eram condizentes com a fitofisionomia da região, dominada pela Floresta Tropical Atlântica com subárea Floresta Tropical do Litoral e encosta centro-sul e área com núcleos de Floresta Ombrófila Mista – com matas de araucárias intercaladas por campos, da região de Mata Pluvial Atlântica. Nestas áreas, a composição florística era bastante complexa em função da grande diversificação de microclima e solos. Fazem parte dessas formações florestais as espécies vegetais arbóreas predominantes a canela-preta (*Ocotea catharinensis*), associada ao aguái ou caixeta (*Chrysophyllum viride*) e o palmitheiro (*Euterpe edulis*), com grande abundância e dispersão nesta floresta. Entre as árvores consideradas de valor por seu volume madeirável que são encontradas nesta formação, podemos citar o aguái (*Chrysophyllum viride*), baguaçu (*Eugenia umbeliflora*), bicuíba (*Virola oleifera*), canela-preta (*Ocotea catharinensis*), e peroba-vermelha (*Aspidoferma olivaceum*) (Klein, 1978).

Com a chegada dos colonizadores, que tinham como principal intuito sobreviver dos proventos da agricultura, iniciou-se o processo de desmatamento. Segundo Moretto (2010, p. 37), essa prática que era denominada “limpeza das matas” poderia também ser feita pelas famílias que se estabeleciam na região. Havia muitas maneiras de praticar a derrubada, o mais comum era utilizarem machados nas árvores mais finas; enquanto nas mais grossas, faziam-se anéis que propiciavam a secagem e o apodrecimento da madeira e/ou era colocado fogo nas áreas. Em regiões onde havia campos e pecuária, um período onde a madeira não possuía valor econômico significativo – principalmente pela dificuldade no transporte da madeira, não havia tantas preocupações com o eventual avanço da queimada para as áreas florestadas, uma vez que

assim era possível ampliar a área das pastagens com muito pouco esforço (Brandt, 2018, p. 33).

O fogo foi aliado no desmatamento, em diversos locais do bioma da Mata Atlântica, ora propositalmente, ora não. O historiador Warren Dean (1996), na obra “A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira”, analisou quinhentos anos de ocupação e destruição da Mata Atlântica brasileira. O autor mostra como o fogo foi um grande aliado para a destruição da floresta. A visão imediatista resultava no desmatamento à base do fogo e do ferro dos machados, posteriormente da serra elétrica - para uma produção voltada à exportação. Assim, ocorreu o esgotamento deixando um rastro de destruição e pobreza para a população.

Das práticas de queimada ao incêndio: o fogo ganha as manchetes

Na região, era comum utilizarem o fogo para abrir espaço para as pequenas plantações e para as pastagens, em áreas de floresta ou campo, e foi neste contexto que ocorreu o incêndio relatado nos meses de agosto e setembro. O relato de Dall’Alba (1986) sobre o grande incêndio no ano de 1951, ocorrido na encosta da serra dos atuais municípios de São Joaquim, Timbé do Sul, Morro Grande, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Lauro Müller, Orleans e Grão Pará. Na Figura 1, pode-se observar a região onde ocorreram os incêndios, alguns municípios não aparecem demarcados no mapa, pois ainda não eram emancipados na década de 1950. O recorte espacial delimitado pelo autor serviu como ponto de partida para a busca por documentação e mais informações sobre o ocorrido. Em sua extensa obra sobre os colonos e mineiros da região do município de Orleans, Santa Catarina, o autor dedica não mais que três páginas ao assunto. Porém, foi contundente quando trata de sua gravidade: “As populações da Serra e do Litoral, num céu sempre envolto em fumaça, viveram épocas de apreensões, sobressaltos e temores sem conta” (Dall’Alba, 1986, p. 119).

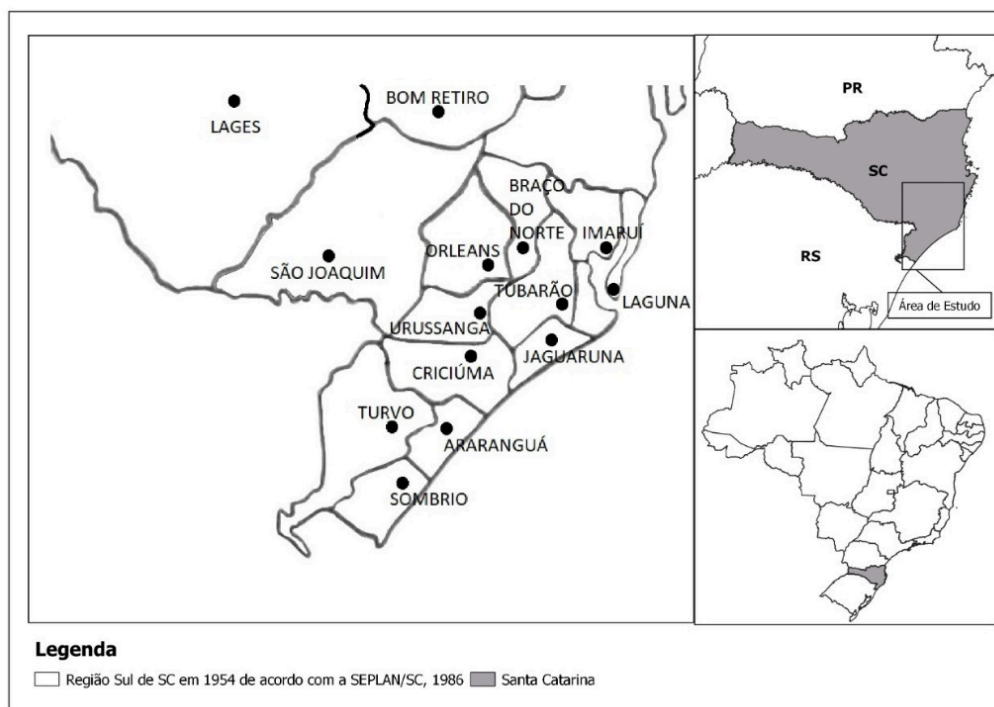


Figura 1 – Mapa dos municípios atingidos pelo incêndio.

Fonte: Fábio Araújo, 2022.

Dall’Alba (1986, p. 119) relata que o início do incêndio foi na primavera de 1951 a partir de uma queimada realizada nos campos de Aparados da Serra, Rio Grande do Sul: “favorecido por longa estiagem, o fogo foi se alastrando por dois meses seguidos”. A baixa pluviosidade nos meses de maio, junho, julho e agosto do ano de 1951 está

demonstrada na figura 2, sendo que no último mencionado, a pluviosidade na estação meteorológica de Urussanga foi zero. Dall’Alba (1986) registra que o vento minuano (sudoeste) contribuiu para o alastramento do fogo a partir do foco inicial na localidade de São José dos Ausentes, Rio Grande do Sul.

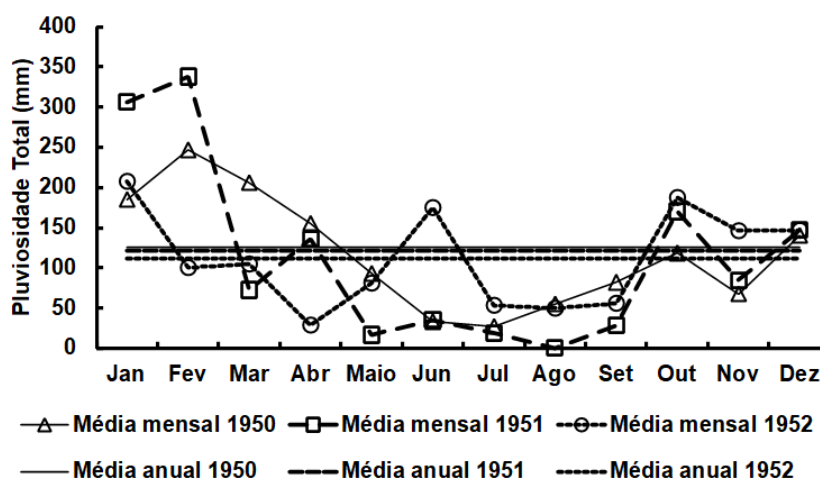


Figura 2 – Pluviosidade total mensal e anual dos anos 1950, 1951 e 1952 (Estação Meteorológica de Urussanga, SC).

Fonte: INMET, 2021.

A seca atingia todo o estado de Santa Catarina, no mesmo ano, no dia quatro de setembro, o jornal “A Imprensa” de Caçador, publicou uma matéria sobre a estiagem e suas consequências. Intitulada “Não chove, nem há luz”, o jornal afirmava que a seca vinha assolando o sul do país e “parece ter castigado mais Santa Catarina que os outros Estados. As chuvas há meses, não irrigam as nossas terras e os rios, outrora caudalosos, apresentam-se com volume d’água escasso” (A Imprensa, 4 set. 1951, p. 2).

O fato também foi registrado por diversos jornais em circulação na época, assim como o incêndio analisado neste texto. O jornal “A Noite” de 1951, edição 13885, destacava o risco aos pinheirais da região, na matéria intitulada “Ameaçados ricos pinheiros”:

O Estado de Santa Catarina está ameaçado de perder os seus mais ricos pinheirais, em consequência do destruidor incêndio que se originou nas matas do município gaúcho de Torres. As chamas continuam avançando célebres, trazidas por fortes ventos. Depois de envolverem rapidamente os contrafortes da Serra do Mar, ameaçam agora galgar o planalto catarinense onde estão os maiores e mais ricos pinheirais do Estado (A Noite, 1951).

O jornal “Imprensa Popular” destacou em manchete, a impotência da população perante o incêndio (Figura 3) e a matéria a seguir relatou prejuízos, o fechamento das minas de carvão das localidades de Rio Hipólito e Lauro Muller em função do incêndio e o risco aos pinheirais existentes próximo aos locais atingidos. O jornal Notícias de São Paulo (1951) destaca o papel do vento na propagação do incêndio e a mobilização do serviço florestal para a formação de equipes para combate ao fogo. O jornal Imprensa Popular traz uma matéria com um resumo da inspeção do Serviço Florestal,

destacando os valores dos prejuízos (30 milhões de cruzeiros).



Figura 3 – Manchete do jornal Imprensa Popular, 1951, edição 00785.

Além das matérias publicadas em jornais, o incêndio foi tema de diversos ofícios dos prefeitos para os governantes. Em ofício sem número em 27 de setembro de 1951, o então prefeito do município de Orleans Sr. Luiz Mazon, relata ao Governador do estado de Santa Catarina Irineu Bornhausenn, que após a visita do mesmo no dia 4 de setembro, “o fogo recomeçou com carácter de verdadeira destruição.” E que os prejuízos atingiram uma área com cerca de 150 km², e solicita a reconstrução de 16 casas e urgentemente o fornecimento de sementes para fins agrícolas (Mazon, 1951a).

O ofício de número 661/51 foi enviado para o vice-presidente Café Filho com intuito de sensibilizá-lo em prol da reconstrução das áreas atingidas pelo incêndio. O mesmo ofício relata o envio de fotografias em anexo ao documento. Não sabemos se as fotografias são as mesmas que se encontram atualmente no Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) no Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, em Orleans (Mazon, 1951e). As imagens em questão demonstram parte o que foi a força destrutiva do fogo (Figura 4; Figura 5).



Figura 4 – Residência destruída pela ação do fogo no município de Orleans.
Fonte: CEDOHI, autor desconhecido.



Figura 5 – Vista geral das encostas da serra após o incêndio.
Fonte: CEDOHI, autor desconhecido.

No seguimento do relatório enviado pela prefeitura de Orleans para o presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, o prefeito Mazon resume a situação como “calamidade” em vistas aos prejuízos percebidos após o incêndio que atingiu o município de Orleans, que na época englobava também as áreas correspondentes aos atuais municípios de Lauro Müller e Grão-Pará. Relata que o incêndio teve origem pela queimada de campos para pastagem na região de São Joaquim, tendo o incêndio se propagado graças ao vento minuíano e ao fato de as folhas estarem secas em função da geada e seca. Em anexo, o prefeito Mazon elencou tabelas que demonstram os prejuízos sofridos pelo município em função do incêndio, além de demonstrar preocupação com a necessidade de reflorestamento das áreas florestais queimadas (Mazon, 1951d).

Destaca-se que com o avanço das vias de rodagem, os recursos florestais passaram a ter certa importância e se tornavam pauta nos discursos dos governantes, não por motivos ligados à conservação ou preservação, mas pela sua função econômica. Em carta enviada a um deputado (sem nominata), Mazon destaca a importância das matas que constituíam a reserva florestal, devido à atuação das empresas “Companhia Nacional Mineração de Carvão do Barro Branco”, que possuía 90 milhões de m² de área florestal em Lauro Müller; também a “Empresa de Terras e Colonização”, a qual era responsável por 250 milhões de m² que se dividiam em 2.700 famílias com ocupações voltadas à agricultura e à pecuária. O prefeito defendia a realização de reflorestamento por causa das atividades econômicas, caso contrário, afirmava que haveria o êxodo dos habitantes da região, ele também aponta que a área poderia se assemelhar a um deserto por sua improdutividade. O prefeito relatou que a Administração Pública Municipal mobilizou homens e caminhões de propriedade particular para o salvamento de vidas. No texto de Dall’Alba (1986), entretanto, em depoimento, um morador afirma que foram os habitantes da região mobilizados para proteger as propriedades e salvar os bens dos particulares “ricos” (Mazon, 1951f).

Destarte, mesmo sendo grandes os danos florestais, a principal preocupação do prefeito era com a agricultura e a pecuária, pois considera que a

realização dessas atividades, somadas ao trabalho da população representavam o progresso da terra – seguindo a lógica da colonização, citada anteriormente. Neste sentido, Mazon enfatiza em diversos de seus relatórios a necessidade de suprimentos agrícolas para o município. Em 27 de setembro de 1951, o prefeito relata ao governador do estado, Irineu Bornhausen:

Orleães tem necessidade absoluta de maquinários agrícolas, sementes em quantidade e auxílio monetário para o aproveitamento destas grandes áreas destruídas pelo fogo, porque coincide com a época das plantações, cujo aproveitamento deverá ser feito com a máxima urgência possível. Sendo, portanto, uma das coisas principais, a aquisição de sementes de milho, arroz, feijão, cana de açúcar, algodão, ramas de mandioca, mudas de café etc. [sic] (Mazon, 1951c).

Em relatório de 1º de outubro de 1951, o prefeito escreveu ao Ministro da Agricultura, João Cleofas, ensejando “um conjunto de tratores tipo CATERPILLAR, adaptável para a abertura de estradas em zonas que serão aproveitadas e que necessitam de vias de comunicação para o transporte de sementes e futura colheita de cereais”. Em seguida, reforça:

[...] porque indispensável se torna a aquisição de vários conjuntos mecanizados completos, com os quais facilitaríamos a Prefeitura na realização daquilo que se apresenta mais urgente. – Abertura de estradas em novas zonas ainda não exploradas e que foram atingidas pelo fogo, e auxílio mecânico motoriz aos nossos agricultores, aos quais se lhes negando esta ajuda, verão as suas terras transformadas em verdadeiras caatingas – (Mazon, 1951c, p. 1).

Sobre as atividades econômicas, em relatório de 1º de outubro de 1951, enviada ao então presidente Getúlio Vargas, Mazon destaca a importância do setor carbonífero para a receita da União, mas enfatiza a situação da falta de amparo aos operários, os quais não possuíam qualquer fundação que lhes amparasse, também relata a precariedade no atendimento quanto à saúde desses trabalhadores e das suas famílias. Por fim, solicita ao presidente a implantação de um posto agropecuário para

assistência aos colonos do município, os quais Mazon afirma possuírem um sistema rudimentar primitivo, sendo desconhecedores dos métodos modernos de cultivo. O prefeito relata também, a dizimação dos rebanhos de gado suíno pelas pestes suína e batedeira. Para tentar minimizar as perdas econômicas, Mazon solicita a isenção de impostos e taxas por três anos consecutivos e o perdão das dívidas herdadas do mandato anterior (Mazon, 1951b).

Segundo Nodari e Espindola (2015), as ações humanas, frutos de demandas socialmente determinadas, não podem ser separadas das questões ambientais, como se o ambiente não fosse transformado e formatado pelos seres humanos. Dessa forma, a frequência e a intensidade de estiagens em Santa Catarina acabaram por desencadear problemas para a sustentabilidade ambiental da região, que vão muito além das consequências diretas da escassez hídrica. O clima foi um dos aliados às ações antrópicas. A escassez e o incêndio no sul do estado não foram isolados, porém, chamou a atenção da imprensa e dos governantes, pela dimensão e pelas perdas acarretadas.

A causa: o clima aliado à antropização

Fatores climáticos são importantes influenciadores para as causas dos incêndios florestais. Os elementos climáticos mais importantes, para a avaliação do comportamento do fogo, são: a temperatura ambiente, a umidade relativa do ar e o regime eólico (ventos – sua intensidade e direção) (Batista, 1984; Gaylor, 1974; Motta, 2008; Nunes, 2005). Nunes *et al.* (2006) afirmam, ainda, que não somente a ocorrência, mas também, a propagação dos incêndios florestais está fortemente associada às condições climáticas ou fatores climáticos. A intensidade de um incêndio e a velocidade com que ele avança estão diretamente ligados à umidade relativa, à temperatura do ar e à precipitação. As temperaturas extremas também têm sofrido graves alterações: nos últimos cinquenta anos dias frios e geadas se tornaram menos frequentes, enquanto dias quentes e ondas de calor se tornaram mais comuns (Tilio Neto, 2010). A geada é uma condição de ocorrência provisória, de estados de baixa energia. Esse evento caracteriza alterações físicas nos componentes celulares dos tecidos vegetais, incompatível com suas funções fisiológicas (Ometto, 1981). Nos gráficos apresentados nas figuras 6 a 9, pode-se verificar a umidade do ar, temperatura, geadas e ventos. Elementos que foram imprescindíveis para agravar o incêndio de 1951.

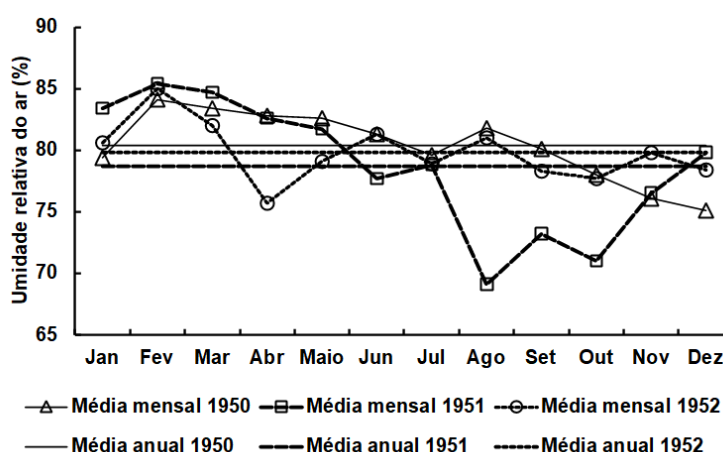


Figura 6 – Umidade relativa do ar, média mensal e anual dos anos 1950, 1951 e 1952 (Estação Meteorológica de Urussanga, SC).

Fonte: INMET (2021).

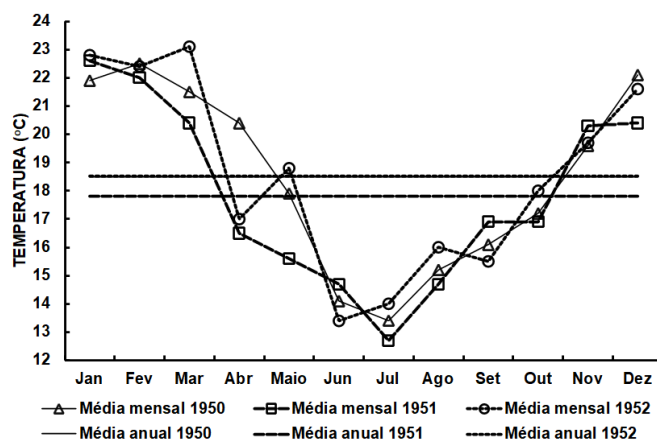


Figura 7 – Temperatura média mensal e anual dos anos 1950, 1951 e 1952 (Estação Meteorológica de Urussanga, SC).

Fonte: INMET (2021).

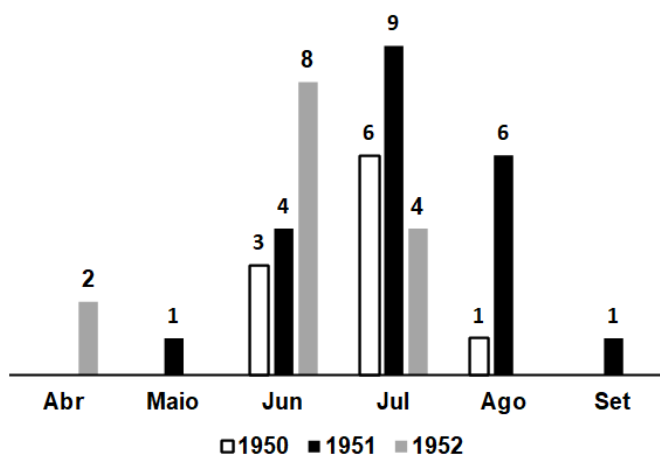


Figura 8 – Dias de geada nos anos 1950, 1951 e 1952 (Estação Meteorológica de Urussanga, SC).

Fonte: INMET (2021).

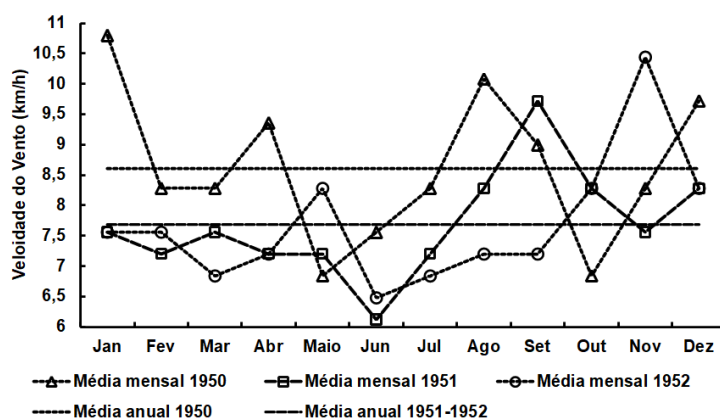


Figura 9 – Velocidade média mensal e anual do vento nos anos 1950, 1951 e 1952 (Estação Meteorológica de Urussanga, SC).

Fonte: INMET (2021).

Os gráficos das figuras 6 e 7 apontam que de 1950 a 1951 houve diminuição da temperatura e diminuição da umidade do ar, condições que agravaram a condição seca com o aumento da folhagem seca na floresta e propiciaram, junto do vento (figura 9) que o incêndio se espalhasse rapidamente, dificultando também, seu controle. Mesmo se iniciando em área de campo aberto, por conta da baixa umidade e com o auxílio do vento, o fogo chegou facilmente nas zonas florestais.

Num trabalho realizado em área do bioma Mata Atlântica - sujeita a incêndios, Firme e Oliveira (2004), sugeriram que a ocorrência de um incêndio pode alterar a produção madeireira e a funcionalidade da área atingida por um longo prazo. Pinard e Huffman (1997), demonstraram experimentalmente que as árvores com diâmetro superior a 20 cm são resistentes a incêndios de baixa intensidade, cujas temperaturas podem chegar a 500°C. Relatos mostram que a maior parte da vegetação secou após o incêndio, portanto as

temperaturas foram superiores. Firme *et al.* (2004) afirmam que as árvores da Mata Atlântica não possuem adaptação necessária para resistir a incêndios de grandes proporções, sendo que nesses casos, a regeneração será bastante lenta. A partir de estudos experimentais, os autores supracitados concluíram que, para além das dificuldades de regeneração/desenvolvimento da Mata Atlântica por meio de baixo regime de chuvas, os incêndios podem ter papel ainda mais preponderante, no que tange à recuperação das espécies, ou, até em casos mais extremos, na sua destruição e substituição por vegetação de menor porte, como samambaias.

Desta forma, constata-se que as consequências dos desastres socioambientais ultrapassam as dimensões natural, e atuam diretamente nas sociedades que a circundam. De acordo com as tabelas I e II, verifica-se as perdas econômicas, geradas a partir do incêndio aqui analisado:

Tabela I – Custos com as operações de combate aos incêndios de 1951 no município de Orleans

Despesas em Cruzeiros (agosto/setembro de 1951)		Correção pelo salário mínimo para primeiro de abril de 2021 (Reais)
Serviço de pessoal	133.800,00	380.000,00
Serviço de transporte	44.000,00	124.962,63
Alimentação	7.600,00	21.584,45
Combustível	4.638,00	13.172,20
Roupas e agasalhos	1.850,00	5.254,11
Medicamentos	5.600,00	15.904,33
Estadia do Corpo de Bombeiros	143,50	407,55
Total	197.631,50	561.285,28

Fonte: Mazon (1951a); Diário das Leis (2021).

Tabela II – Prejuízos contabilizados no município de Orleans em função do incêndio de 1951

Prejuízos em Cruzeiros (avaliados em setembro de 1951)	Sede	Grão Pará	Lauro Müller	Total
Prejuízo Florestal	2.108.980,00	2.222.610,00	3.521.825,00	7.853.415,00
Prejuízo Agrícola	279.264,00	658.848,00	435.694,00	1.373.806,00
Prejuízo Material	155.240,00	251.840,00	71.005,00	478.085,00
Totais	2.543.484,00	3.133.298,00	4.028.524,00	9.705.306

Correção pelo salário mínimo para primeiro de abril de 2021 (Reais)	Sede	Grão Pará	Lauro Müller	Total
Prejuízo Florestal	2.108.980,00	2.222.610,00	3.521.825,00	7.853.415,00
Prejuízo Agrícola	279.264,00	658.848,00	435.694,00	1.373.806,00
Prejuízo Material	155.240,00	251.840,00	71.005,00	478.085,00
Totais	2.543.484,00	3.133.298,00	4.028.524,00	9.705.306

Fonte: Mazon (1951a); Diário das Leis (2021).

O desmatamento e degradação de áreas de floresta nativa neste bioma são altamente comprometedores para recomposição da flora e da fauna. Importante também destacar que o processo de desmatamento e a inserção de espécies exóticas para a recomposição de áreas degradadas, também são catalisadores de incêndios. Espécies como *Pinus sp.*, quando incorporadas em locais onde havia a presença do bioma Mata Atlântica, além de potenciais invasoras, são uma ameaça para ampliar incêndios, por suas folhas serem potenciais gatilhos de combustão. As perdas desses danos transcendem as perdas econômicas e se alastram para a questão ambiental.

Considerações Finais

A região sul do estado de Santa Catarina ocupada por povos indígenas, recebeu levas de migrantes e imigrantes europeus no final do século XIX. Mesmo com o povoamento tardio, os grupos que ali se locaram, praticavam diferentes metodologias para desmatar as áreas ocupadas pela

Floresta, para abertura de áreas para a agricultura e pecuária.

A prática de atear fogo e/ou da coivara, mesmo já sendo utilizada pelos povos indígenas, foi ampliada com a chegada dos imigrantes e migrantes à região. Como havia muitas áreas de floresta, a limpeza das matas também foi realizada com o fogo, além do serrote e machado.

As práticas de queima dos campos para formação de pastagens aliadas a um período de estiagem e aumento das temperaturas foram o estopim para o incêndio que começou no início de agosto de 1951, nos atuais municípios de São Joaquim, Timbé do Sul, Nova Veneza, Orleans e Grão Pará. O incêndio ocasionado pela queimada de pastos no município de São Joaquim tomou grandes proporções, levando o fato para as páginas dos jornais e para o centro das discussões dos governantes.

Os danos financeiros atrelados ao incêndio foram o foco das discussões, porém, cabe destacar as perdas ambientais agregadas ao evento. Os prejuízos ao meio ambiente não foram calculados. A degradação dos ecossistemas que compõem a Mata Atlântica compromete uma biota composta por

muitos organismos em função de sua vasta biodiversidade. Além disso, os incêndios dificultam a recomposição de áreas nativas. Os incêndios ainda preocupam e degradam os Biomas brasileiros no século XXI. Como exemplo, pode-se citar o que ocorreu no ano de 2020, quando focos de incêndios incontroláveis destruíram grande parte do Pantanal. O aumento da temperatura e as práticas predatórias acabam sendo uma junção perigosa e altamente prejudicial ao meio natural. O que ocorreu em Santa Catarina em 1951, não foi um fato isolado e, lamentavelmente, ainda é recorrente nos dias atuais.

Agradecimentos

A pesquisa contou com os auxílios da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC (Edital 16/2021 – UFF2021331000005), da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS (73/GR/UFFS/2023 e 75/GR/UFFS/2023) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelos auxílios nos projetos 401533/2022-0, 409340/2021-9 e 310850/2021-5, 420794/2022-0 e 310650/2022-4.

Referências

AMEAÇADOS ricos pinheiros. **Jornal A Noite**. Edição 13885, 1951.

AUXILIADO pelo vento toma maior ímpeto incêndio no Sul. **Notícias de Notícia - São Paulo**. Edição 01643, 1951.

BATISTA, Antonio Carlos. **Determinação de umidade do material combustível sob povoamentos de *Pinus taeda***. 1984. 61f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

BRANDT, Marlon. Ampliando as pastagens pelo fogo e pela serra: pecuária e indústria madeireira nos campos do planalto de Santa Catarina. *In*: NODARI, Eunice Sueli; ZARTH, Paulo; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. (Orgs.). **Fronteiras Fluidas: Florestas com Araucárias na América Meridional**. 1 ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018. p. 28-43.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues, 1903–1978. **História de Santa Catarina**. 4 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CAMPOS, Bernardino; DALL'ALBA, Pe. João Leonir (Org.). **Memórias do Araranguá**. 2 ed. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1989.

CEDOHI – Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) – Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC. Fogo Serra Orleans - PL 51.

DALL'ALBA, João. **Colonos e mineiros no grande Orleans**. Florianópolis: João Leonir Dall'Alba, 1986.

DALL'ALBA, João. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá: Gráfica e Editora Orion, 1997.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIÁRIO DAS LEIS. **Calculadora diário das leis de correção monetária**. Salário-mínimo e Upc. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/bdi/salario-mini-mo.php>. Acesso em: 21 jun. 2021.

FAVERO, Eveline; DIESEL, Vivien. A seca enquanto um hazard e um desastre: uma revisão teórica. **Aletheia**, Canoas, v. 27, n. 1. p. 198-209, 2008.

FIRME, Rodrigo; MONTEZUMA, Rita; SANTOS, Renata; OLIVEIRA, Rogério. Aspectos estruturais da paisagem da mata atlântica em áreas alteradas por incêndios florestais. *In*: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. (Org) **As marcas do homem na Floresta**: História ambiental de um trecho urbano de mata atlântica. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2004. p. 168-188.

FIRME, Rodrigo; OLIVEIRA, Rogério. Resultantes ecológicas de um incêndio florestal na produção de serapilheira de uma mata atlântica de encosta. *In*: OLIVEIRA, R. R. (Org). **As marcas do homem na Floresta**: História ambiental de um trecho urbano de mata atlântica. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2004. p. 152-167.

GAYLOR, Henry. **Wildfires**: Prevention and Control. Robert J. Brady, Bowie. 1974.

HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá**: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930. Porto Alegre: PALMERINCA/EST, 1994.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 18 abr. 2016.

INSTITUTO Nacional de Meteorologia – INMET. **Banco de Dados Meteorológicos do INMET**. Estação Agrometeorológica de Urussanga/SC. Disponível em: <https://bdmep.inmet.gov.br/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

KLEIN, Roberto. **Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina**. Flora Ilustrada Catarinense, parte 5, p. 1-24, 1978.

MARZANO, Luigi. **Colonos italianos na floresta do Brasil**. Florianópolis: UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Ofício sem número**. Encaminhado ao Governador do Estado Irineu Bornhausenn em 27 de setembro de 1951a.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Ofício de número 665/51**. Encaminhado ao Presidente da República Getúlio Vargas em 1º de outubro de 1951b.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Ofício de número 666/51**. Encaminhado ao Ministro da Agricultura João Cleofas em 1º de outubro de 1951c.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Ofício de número 667/51**. Encaminhado ao Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina Volney Colaço de Oliveira em 1º de outubro de 1951d.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Ofício de número 668/51**. Encaminhado ao Vice Presidente da República João Café Filho em 1º de outubro de 1951e.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Relatório a um deputado sem nominata**. 1º de outubro de 1951f.

MAZON, Luiz. Prefeitura de Orleans. **Ofício de número 668/51**. Encaminhado ao Presidente da Comissão Estadual Executiva do Partido Trabalhista

Brasileiro, José Lerner Rodrigues, encaminhado em oito de outubro de 1951g.

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta**: a implementação do *Pinus* e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960-1990). 2010. 281f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MOTTA, Daniel. **Identificação dos fatores que influenciam no comportamento do fogo em incêndios florestais**. 2008. 24f. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

Não chove, nem há luz. **Jornal A Imprensa**, Caçador, SC, 4 de setembro de 1951. nº 563, p. 2. Acervo BPESC.

NODARI, Eunice Sueli, LOPES, Alfredo Ricardo Silva; ESPINDOLA, Marcos Aurélio. (Org.). **Desastres Socioambientais em Santa Catarina**. 1ª ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015.

NODARI, Eunice Sueli; ESPINDOLA, Marcos Aurélio. Relações complexas: as estiagens no Oeste de SC. *In*: NODARI, Eunice Sueli; LOPES, Alfredo Ricardo Silva; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. (Orgs.). **Desastres Socioambientais em Santa Catarina**. 1 ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015.

NUNES, José Renato Soares, SOARES, Ronaldo Viana; BATISTA, Antônio Carlos. Especificação de um sistema computacional integrado de controle de incêndios florestais. **Floresta**, v. 36, n. 2, p. 201-211, 2006.

NUNES, José Renato Soares. **FMA+: Um novo índice de perigo de incêndios florestais para o Estado do Paraná – Brasil**. 2005. 150f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

OMETTO, José. **Bioclimatologia vegetal**. São Paulo: Agronômica Ceres, 1981.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PINARD, Michelle; HUFFMAN, Jean. Fire Resistance and Bark Properties of Trees in a Seasonally Dry Forest in Eastern Bolivia. **Journal of Tropical Ecology**, v. 13, p. 727-740, 1997.

PROCESSO nº 26/51. **Relatório do incêndio ocorrido nos meses de agosto e setembro de 1951** - Município de Orleans. Ofício do Executivo nº 676/51. Centro de Documentação Histórica Plínio Benício (CEDOHI) Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans/SC.

SÓ um milagre barraria a marcha destruidora do fogo. **Imprensa Popular**. Edição 00785, 1951.

TILIO NETO, Petrônio. **Ecopolítica das mudanças climáticas**: o IPCC e o ecologismo dos pobres. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.